

A Produção de Sinais Emergenciais nos Espaços de Ensino/Aprendizagem das Instituições de Ensino Superior do Rio Grande do Sul

JAUQUELINE GARCIA MACHADO¹; VERONICA DE ALMEIDAS CHAVES²;
JAUQUELINE DA LUZ DE CARVALHO²; M^a MAYARA BATAGLIN RAUGUST³

¹Universidade Federal de Pelotas - garcia.jakii@gmail.com

²Universidade Federal do Rio Grande - korrerkorrer@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas - jaque.luz7@gmail.com

³Universidade Federal de Santa Maria - mayara.raugust@ufpel.edu.br

1. INTRODUÇÃO

A Língua Brasileira de Sinais - Libras, existe há muitos anos no Brasil, porém a implementação de leis que garantam a acessibilidade de pessoas surdas nas escolas e universidades, foram elaboradas a partir de dezembro de 2005, com o Decreto nº5.626, que garante a oferta de educação bilíngue (Língua Brasileira de Sinais como primeira língua - L1 - e Língua Portuguesa escrita como segunda língua - L2). Além disso, é só a partir de 2002 que ela é reconhecida como “ meio legal de comunicação e expressão”.

A Libras tem sido explorada cada vez mais por profissionais da área da linguística, no entanto ela apresenta uma insuficiência de vocabulário convencionado e de materiais didáticos. Estes, na maioria das vezes, não são de fácil acesso, ou são materiais produzidos, principalmente, na região sudeste do país, apresentando variações linguísticas e podendo atrapalhar o entendimento do conteúdo apresentado. Além de ter pouco material didático, a sua divulgação muitas vezes não é viável. Em função disso, surgem sinais emergenciais (não convencionados) e rudimentares em diversos espaços de encontros como palestras, congressos, apresentações e principalmente nas salas de aula para tentar complementar a compreensão do conteúdo das disciplinas.

Vale ressaltar, que anteriormente ao Decreto 5.626, o acesso de surdos ao ensino superior era mais restrito, em função do despreparo das instituições e demais órgãos envolvidos nos processos seletivos, para atender esses sujeitos. Isso, porque não dispunham de estratégias de acessibilidade para esses sujeitos, tanto estrutural, quanto linguística, sem reconhecer as singularidades linguísticas dos surdos, fato importante que deve ser levado em consideração em qualquer processo seletivo para esses sujeitos, pois sua primeira língua é a Libras e não o português. A partir do Decreto 5.626, passa-se a olhar para esses sujeitos, e medidas de acessibilidade são criadas a fim de que eles, de fato, adentraram o ensino superior.

As estratégias de acessibilidade dos processos seletivos permitiram o ingresso de surdos ao ensino superior, nos mais variados cursos. Com isso, termos que

nunca tinham sido usados em Libras - principalmente termos técnicos e científicos - passam a fazer parte do cotidiano das pessoas surdas, mas sem ter um sinal específico para referenciá-los. Ocorre que, no contexto de interpretação acadêmica, tradutor-intérprete de Libras e aluno surdo, na urgência de criar um símbolo para definir um termo específico, criam sinais emergenciais, que mais tarde passam a ser inseridos no cotidiano de outros surdos que participam daquele contexto. Esses sinais são cotidianamente usados, mas não são convencionados.

A partir do que foi exposto acima, esta pesquisa surge da vivência de diferentes sujeitos envolvidos com a surdez na Universidade Federal de Pelotas. Os mesmos comentam que encontram algumas dificuldades nos momentos de explicações de conceitos, conteúdos e termos relacionados aos cursos de graduação, porque até então a comunidade surda não as empregavam no seu cotidiano, por consequência, não tinham sinais específicos para eles. Muitas vezes, acontece de um mesmo termo ter mais de um sinal emergencial em diferentes Universidades, dificultando a padronização do sinal e a compreensão em diferentes contextos. É por isso que a elaboração deste projeto tem o intuito de criar e difundir um material didático com o uso de palavras e termos que ainda não possuem sinais convencionados em Libras, a fim de expandir ao máximo as formas ainda não registradas nos glossários da cultura surda.

A pesquisa tem por finalidade minimizar a problemática vivenciada atualmente no contexto acadêmico, que torna confusa no momento da prática de tradução/interpretação, a utilização de alguns sinais não convencionados. Com a convenção dos sinais emergenciais, a pesquisa objetiva tornar cada vez mais acessíveis os conteúdos das disciplinas proporcionando uma ampliação do vocabulário de Libras, principalmente dos termos ainda inexistentes, desenvolvendo aspectos linguísticos e comunicativos da língua de sinais e consequentemente uma melhor interpretação de textos em Língua Portuguesa.

2. METODOLOGIA

A metodologia *pesquisa-ação* foi escolhida, pois ao trazer a investigação à prática podemos aprimorá-la, e então deixá-la adequada para o uso dos alunos surdos e intérpretes das Instituições de Ensino Superior (IES) do Rio Grande do Sul. A pesquisa-ação se torna importante para nossa reflexão crítica enquanto pesquisadores neste trabalho, pois não se trata somente de uma divulgação de informação, trata-se de um projeto dinâmico, proativo, com interação entre diversos processos de aprendizagem, análises, contribuição e transformação da realidade.

Nesse sentido, foi feito um mapeamento das principais IES do Rio Grande do Sul, públicas e privadas, as quais tinham em seu quadro discente surdos usuários de Libras. Entramos em contato com as instituições convidando-as a participar da pesquisa. Ao todo, vinte instituições foram contatadas, e dez delas aceitaram

participar da pesquisa. Encaminhamos os documentos necessários de autorização para participação da instituição na pesquisa, bem como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para que cada pesquisado assinasse.

Após contato com as instituições, estamos entrevistando os participantes da pesquisa - tanto alunos surdos quanto tradutores/intérpretes das IES do Rio Grande do Sul de diversas áreas do conhecimento. Pedimos para que as IES participantes reunissem o máximo de sinais emergenciais criados em seu contexto. Nossa intenção inicial era ir até às instituições e poder coletar os dados presencialmente, mas como não foi possível estamos fazendo a coleta por meio de videoconferências, e-mails, e vídeos que são gravados em aplicativos de celular em enviados ao grupo pela web. Com a expansão do acesso às tecnologias de comunicação e informação, o projeto tem se valido das mesmas para continuar desenvolvendo a pesquisas. As tecnologias têm se mostrado importantes ferramentas de coletas de dados, de análise dos materiais e de produção de resultados na pesquisa.

Além disso, temos feito uma entrevista com os participantes, para compreender melhor os locais e contextos em que os sinais emergenciais são criados. Os sinais que têm chego para o nosso grupo já têm sido analisados gramaticalmente e linguisticamente, a fim de buscarmos se há sinais já convencionados para o termo em questão ou se outras instituições também já criaram sinais emergenciais para esse termo. Após, será feita uma análise de cunho linguístico a fim de padronizar o sinal que mais de adequa gramatical e conceitualmente ao termo.

Por fim, os sinais serão submetidos à análise de profissionais surdos das áreas correspondentes aos sinais, para uma verificação se os sinais de fato, correspondem ao termo específico. A escolha por profissionais surdos de cada área se faz em função de eles terem uma legitimidade em relação à sua língua, sendo nativos da mesma e, por serem profissionais das áreas em que os sinais estão sendo criados, possibilitando compreender melhor o significado referente ao termo e se o sinal criado tem relação linguística com o termo. Como último encaminhamento do projeto, será feita a filmagem dos sinais aprovados e convencionados, a produção e a divulgação dos materiais para as IES do Rio Grande do Sul.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O levantamento de dados tem sido feito através de plataformas online via skype, whatsapp e e-mail. Cada sinal que chega ao grupo é, primeiramente, pesquisado em dicionários nacionais e locais on-line e impressos, bem como em aplicativos, a fim de que possamos comprovar que não há um sinal já convencionado. Os sinais são enviados pelas IES juntamente com a explicação de como e em que contexto foram criados. As entrevistas que são feitas oralmente

estão sendo transcritas para o português. Outras já têm sido respondidas em português escrito.

O projeto de pesquisa pretende disponibilizar um material didático de sinais emergenciais convencionados, além de outros sinais ainda não convencionados que continuarão no processo de investigação para aprofundamento no estudo até a sua implementação usual pela comunidade acadêmica do Rio Grande do Sul. A produção destes sinais potencializará o trabalho realizado pelos profissionais da área da surdez e dará suporte aos professores, tradutores/intérpretes de Libras e aos alunos surdos, auxiliando metodologicamente o ensino/aprendizado.

4. CONCLUSÕES

A pesquisa ainda encontra-se em fase de coleta de dados e análises. Porém, o contato com as Universidades já pôde evidenciar a relevância desse projeto para progressão e melhora nos estudos de Libras. O objetivo do projeto também é, com esses sinais, potencializar que a permanência de alunos surdos nas diferentes graduações não seja prejudicada em função de sua língua, que apesar de variada e complexa, ainda é muito nova, em termos institucionais.

Com a disseminação dos sinais o processo de ensino/aprendizagem dos acadêmicos e intérpretes/tradutores será amplificada e integrada, a fim de facilitar o estudo no campo de Libras. Com essa ferramenta será possível promover materiais didáticos com expressões que ainda não tem sinal convencionado e ajudará na expansão da área de linguística de Libras. O intuito desta investigação é encontrar o máximo de traços ainda não registrados nos dicionários da cultura surda e buscar catalogar de modo a homogeneizar a forma de expressão eminente da comunidade surda na contribuição de enriquecer os estudos realizados tanto para os docentes e discente desta e das demais instituições.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei 10.436, de 24 de Abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial** [da União], Brasília, 25/04/2002.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial** [da União], Brasília, 23/12/2005.

TRIPP, D. Pesquisa-Ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**. V.31- n.3. São Paulo, p.443-466, set/dez, 2005.